**Alberto Torres: nacionalismo, imperialismo e o Brasil no século XX**

MARIA FERNANDA LOMBARDI FERNANDES*

Considerado uma das matrizes do pensamento autoritário brasileiro[1], Alberto Torres, a despeito de sua vida política, é mais conhecido por seu pensamento que por sua atuação. O reconhecimento de sua obra se dá a partir da década de 30, quando suas idéias frutificam tanto na Constituição de 1934 quanto na de 37.

Suas obras foram relidas e reconhecidas a partir dos anos 30, quando a atmosfera política contribuía para uma reinterpretação de seu pensamento à luz das novas doutrinas em voga. A crise do sistema capitalista mundial e das democracias liberais, a ascensão de regimes autoritários e totalitários e a definitiva feição da União Soviética sob o domínio de Stálin, no plano externo; e a ascensão de Getúlio, a destruição do modelo político da Primeira República e a centralização do poder, no plano interno; trouxeram Alberto Torres de volta à cena, praticamente quinze anos após a sua morte.

Ainda na década de vinte, Alberto Torres foi tomado como modelo por uma geração que brilharia nos anos trinta. Sua influência é reconhecida pelos autores da obra *À margem da história da República*[2], coletânea organizada por Vicente Licínio Cardoso em 1924 para servir de marco à comemoração dos 35 anos do regime republicano no Brasil.

Retomado por uma geração nova de pensadores que se vinculavam pela defesa do nacionalismo e pela crítica à democracia liberal "estrangeira" que havia sido destruída pela Revolução de 30, Alberto Torres foi cultuado e endeusado por eles, tornando-se guia dessa geração. Os traços mais marcantes de seu pensamento, ressaltados por todos, independentemente do viés ideológico, foram o nacionalismo, a

* Doutora em Ciência Política, professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

[1] É o caso, por exemplo, de Bolívar Lamounier em "A formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação" *In* Fausto, B. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - Tomo III: o Brasil republicano - Volume 2: sociedade e instituições***.** (1985).

[2] Sob a direção de Vicente L. Cardoso, colaboraram A. Carneiro Leão, Celso Vieira, Gilberto Amado, Jônathas Serrano, José Antônio Nogueira, Nuno Pinheiro, Oliveira Vianna, Pontes de Miranda, Ronald de Carvalho, Tasso da Silveira e Alceu Amoroso Lima, muitos dos quais veremos como membros da Sociedade de Amigos de Alberto Torres.

crítica ao imperialismo, a crítica aos partidos políticos, a defesa da agricultura e a defesa do trabalhador nacional.

No texto que apresentamos, buscamos trabalhar especificamente com as questões do nacionalismo, do imperialismo e do agrarismo no pensamento do autor. Outras questões, como a imigração e a reorganização do trabalho ficarão de fora, mas não são menos importantes numa proposta de caracterização geral da proposta construída por Torres para o Brasil do século XX.

## 1. O Nacionalismo na Obra de Alberto Torres

Preocupado com os rumos do país e de seu povo, constantemente "vilipendiados" pelo capital estrangeiro, Alberto Torres pedia às futuras gerações que percebessem o "crime" cometido pela sua ao permitir a exploração desenfreada das riquezas nacionais e ao desprezar o elemento nacional em detrimento do colono estrangeiro.

Em sua obra, em diferentes momentos, Alberto Torres discute o conceito de Nação, mostrando o desenvolvimento histórico da idéia na Europa Medieval, a formação das "nações antigas" e a diferença em relação às "novas nações", frutos da expansão colonial européia, nas quais o Brasil se incluía. Para estes "países novos", "criados artificialmente", não eram válidas as mesmas análises que eram feitas para os europeus. Aqui, diferentemente de lá, a evolução se deu por interesses de outros povos, na maior parte antagônicos aos interesses do "povo novo".[3]

Pátria, segundo ele, é um conceito que permite designar os indivíduos unidos por laços afetivos (nacionalidade) e vivendo num determinado território. É justamente esse liame afetivo que se torna artificial nos "países novos" como o Brasil, necessitando ser construído por obra do Estado. Para ele, no caso de ex-colônias, esta nacionalidade acaba sendo "forjada" e não construída ao longo dos tempos. Daí a suprema importância de dotar as esferas de poder da capacidade de unir os indivíduos no país acima de seus impulsos e desejos individualistas, o que ele via como uma tendência moderna em todo o mundo, mas ainda mais nefasta no Brasil.

A nacionalidade apóia-se na afetividade entre indivíduos que acreditam que se pertencem, mas, segundo Torres, a moderna idéia de Pátria também apóia-se num outro

[3] Ver Torres (1978b), em especial o ensaio *Senso, consciência e caráter nacional*.

tipo de sentimento: a aversão ao estrangeiro, o que leva ao militarismo. Escrevendo antes da Primeira Guerra Mundial boa parte de sua obra, Alberto Torres, em especial nos dois livros escritos em francês[4], parece acreditar que o mundo se encontrava distante de um conflito, afirmando que o espírito belicoso estava fadado a desaparecer da Terra[5]. Acreditava, por isso, que, ao menos neste aspecto, os "novos países" poderiam obter uma vantagem, já que sua nacionalidade poderia ser fundada sem se recorrer ao ódio ao estrangeiro e ao militarismo. É nesse sentido que trava uma discussão com Olavo Bilac acerca do militarismo no Brasil quando da criação da Liga de Defesa Nacional por este último[6]. Torres, ao contrário de Bilac, acreditava que apenas pelo desarmamento completo poderia se chegar ao "espírito da paz", anseio de todos os povos. Por desarmamento entende-se aqui a ausência de um exército permanente, já que o exército, e em especial a figura do soldado, representam, segundo ele, o "caráter odioso da força [dos governos]" (TORRES *apud* GENTIL, 1938, p.170).

A Primeira Guerra Mundial colheu Alberto Torres não totalmente surpreso, mas decepcionado, em especial com a Inglaterra e França, segundo ele incapazes de suportarem a concorrência da Alemanha, o que teria evitado o confronto[7]. Na sua análise, em especial em *Le Problème Mondial*, a guerra era fruto da "ilusão imperialista" e arrastava os povos mais aptos, em geral, à ruína. Longe de ser um processo de "seleção natural" onde sobrevivem os mais fortes, a guerra ceifava a

---

[4] *Vers la paix* (1909) e *Le problème mondial* (1913).

[5] Mesmo *Le problème mondial*, publicado em 1913, era composto de artigos datados de antes de 1909, o que pode explicar o "otimismo" do autor em relação à não ocorrência de uma guerra. Isso não impediu Alberto Torres de alertar para os perigos das rivalidades econômicas entre as potências européias e de ressaltar a necessidade de se estabelecer uma paz "desarmada" entre as nações.

[6] A este respeito, ver, entre outros, Lúcia L. de Oliveira. *A Questão Nacional na Primeira República* (1990): "Em 1915, Olavo Bilac iniciou uma jornada patriótica para despertar a nação falando aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. Sua proposta de Salvação nacional passava pelo serviço militar obrigatório, visto como instrumento de formação de brasileiros conscientes e dignos que conduziria ao triunfo da democracia. (...) O pensamento de Bilac teve em Alberto Torres um de seus principais opositores. (...) Alberto Torres opunha-se aos movimentos de regeneração patriótica, pois, para ele, o problema do Brasil não era a ausência de afetividade patriótica." (pp. 120-121-122)

[7] A maior parte da intelectualidade brasileira adotou uma postura claramente pró Inglaterra e França, logo no início da guerra. Alguns, entretanto, como Dunshee de Abranches, Capistrano de Abreu e Lima Barreto, eram francamente germanófilos (Oliveira, 1990). Tal não era o caso de Alberto Torres. Este se encontrava numa posição de "neutralidade", o que não impediu a recusa do jornal *A Noite* em publicar um artigo seu, considerado favorável à Alemanha, o que contrariava a linha política do jornal. Frente à negativa, Torres criticou a opção do jornal (e da maior parte da imprensa brasileira) pelos "dominadores antigos" em detrimento dos "dominadores do futuro", demonstrando mais uma vez que acreditava na semelhança entre os dois "imperialismos". (GENTIL, 1938, p. 502)

juventude e os melhores membros da nação. O imperialismo, grande mal da modernidade, era responsável não só pela dilapidação das colônias e "feitorias", mas também pela destruição do Velho Mundo.

As novas gerações brasileiras tinham uma obra a ser completada: a formação da Nação. E não seria através dos modelos desgastados das velhas nações européias que ela viria, pelo contrário. Era necessário criar um modelo nacional de fato, longe dos dogmas europeus de superioridade racial e militar. Estes modelos externos poderiam no máximo servir de guia para se detectar o que não somos e, a partir daí, definir o que somos.

Era necessário compreender que a nação brasileira era composta pela

> *associação de indivíduos e famílias que habitam o Brasil com ânimo de permanência, protegidos pelo conjunto dos órgãos da sua política: o 'Estado'; formando, sobre seu habitat territorial: o 'País', graças à consciência de uma continuidade histórica de heranças morais e materiais e de uma simpatia e comunidade entre os vivos, uma agremiação fundada sobre a confiança em certas condições práticas de tranqüilidade e de segurança, superiores à vontade e ao poder de cada um de seus membros - uma 'Pátria'.(*TORRES, 1978b, p.27).

E todo esse laço afetivo, para se tornar real, deveria ser transferido para a terra, expressão concreta da nacionalidade de um povo. A esta "sensação de comunhão" através da terra é que Torres dá o nome de "senso nacional". Assim, a defesa da terra e de suas riquezas ganha foros de defesa da própria Nação, ainda em formação. Não é sem desespero que Alberto Torres vê a atuação de companhias internacionais que exploram o solo brasileiro no período, dilapidando o patrimônio das futuras gerações.

A busca da construção de uma nacionalidade brasileira levou Alberto Torres a refutar também a idéia, ainda em voga, da superioridade racial dos povos do norte da Europa. Afirmando que a raça "é o menos ativo dos elementos formadores da nacionalidade" (TORRES, 1978b, p. 28), Alberto Torres mostra que nenhum povo é composto por uma raça pura naquela altura da história da humanidade. As correntes migratórias ocorridas desde o aparecimento do homem levaram todos os povos a manterem contato e a se miscigenarem, donde a pretensa alegação de pureza e superioridade dos árias, por exemplo, não ter o mínimo cabimento. Alberto Torres não via diferença essencial entre as raças, e acreditava na perfectibilidade operando em todas elas, mesmo naquelas consideradas *mais atrasadas*.

O fato é que Alberto Torres, ao livrar-se do discurso racista, vislumbrava outros motivos para explicar o "atraso" e a desorganização do país: a questão não era um problema do povo mestiço, mas sim de falta de direção política, direção esta que só poderia ser imprimida pelo Estado organizado pelas elites, as verdadeiras responsáveis pela situação brasileira: "é erro imputar aos povos, na crítica dos acontecimentos sociais, a responsabilidade dos desvios da evolução, e esperar deles a iniciativa de reformas. O corpo alimenta; não inspira, nem dirige o cérebro." (TORRES *apud* GENTIL, 1938, p.94)

Esse tipo de crítica vinha sendo formulada por ele desde o Império, porém, com A República a questão se agrava, já que esta, além de ser incapaz de corrigir os erros do Império, tornou-se responsável pela destruição do pouco que havia sido construído pelo regime anterior. O mesmo se dava em relação à organização do trabalho. Mesmo se autodenominando um anti-escravista, Torres acreditava que o regime de trabalho da escravidão foi responsável pela introdução de um mínimo de organização dentro do Estado brasileiro: as noções de hierarquia se faziam presentes e o trabalho do senhor e do escravo fizeram a riqueza do país:

> *(...) social e economicamente a escravidão deu-nos, por longos anos, todo o esforço e toda a ordem, que então possuímos e fundou toda a produção material que temos. Toda a operosidade deste país, tudo quanto nele se edificou como fonte de riqueza e de trabalho, o pouco que já possuímos em <u>estabilidade social</u> e <u>dinamismo orgânico progressivo</u>, assenta sobre a labuta do preto e sobre o esforço do senhor.* (TORRES *apud* LIMA, A.S., 1935, p.184)

O fato é que se fazia necessário um projeto de restauração do país, de construção de uma nacionalidade, o que só seria possível através da ação diretiva da elite brasileira, que deveria abandonar as idéias e fórmulas políticas importadas da Europa e dos Estados Unidos, e as idéias, também vindas de fora, que colocavam o povo brasileiro como inapto, degenerado e inferior. Não era com uma baixa estima que seria possível construir um país.

Por outro lado, não bastava aos chamados patriotas a simples exaltação dos símbolos nacionais como a bandeira e as armas, totalmente desvinculadas da realidade. Muito menos contribuiria para a construção da nação a idolatria aos recursos naturais à maneira de Afonso Celso. O ufanismo era totalmente estéril enquanto programa de

construção nacional. Esta só se daria através de uma ênfase no aspecto da moralidade e na resolução dos problemas sociais, como alimentação, educação, higiene e na adoção de uma política econômica compatível com a preservação das riquezas nacionais e com os interesses nacionais.

À frente deste verdadeiro projeto de construção do país deveria estar um Estado forte e centralizado. E este não era o caso do Estado brasileiro. Daí a necessidade de uma reforma constitucional que dotasse o Estado de mecanismos intervencionistas que pudessem superar os entraves do federalismo brasileiro. A crítica à República brasileira praticamente se funde aqui com a crítica ao regime liberal, visto como responsável pela substituição do despotismo do Estado pelo despotismo dos interesses privados, muito mais nefasto à sociedade. Os ideais de liberdade e igualdade tornaram-se, segundo Alberto Torres, uma justificativa para a substituição das antigas aristocracias pelas novas, argentárias.

### 1.1.O imperialismo

Um dos aspectos do nacionalismo de Alberto Torres mais relevantes para se entender é seu caráter anti-imperialista. O imperialismo, para ele, não só era visto como sendo caracterizado pelo domínio do capital estrangeiro sobre o país, mas também pela imigração e mesmo pelas idéias estrangeiras que povoavam o país.

Os grandes males que atingiam o país eram decorrentes da postura imperialista dos países europeus e da conivência da elite brasileira, subserviente aos interesses do capital estrangeiro. Esta elite organizava o país através de uma economia predatória, de um sistema de crédito escorchante, do estímulo ao trabalho estrangeiro e à indústria, fatores responsáveis pela drenagem do capital nacional para o exterior. Este era um processo que havia se iniciado com a instalação de feitorias, quando do início da colonização. A República, segundo Alberto Torres, havia trazido a novidade apenas em termos de forma: a exploração se dava agora por empresas estrangeiras, exploração esta que era vista pela elite dirigente do país como "colocações de capitais". (TORRES *apud* GENTIL, 1938, p. 382).

Quando deputado federal, Alberto Torres bateu-se ardentemente contra a não regulamentação das companhias seguradoras em solo brasileiro, até então senhoras absolutas da situação. Já no fim da vida, seu alvo principal será outro: os chamados

“sindicatos”, empresas que exploravam principalmente serviços de infra-estrutura no país, explorando também recursos naturais e que realizavam “aventuras financeiras” na América do Sul. [8]

Havia uma grande preocupação de Alberto Torres referente à necessidade de proteção das reservas naturais brasileiras, alvos de especulação desenfreada por parte destes sindicatos. Todo o mundo deveria proteger os recursos naturais para as gerações vindouras, mas, no caso do Brasil e da América Latina em geral, a situação se agravava devido à dependência sofrida em relação ao mundo desenvolvido do norte.

As ações das empresas estrangeiras no país encontravam apoio entre a elite e o governo brasileiro, o que deixava Alberto Torres profundamente preocupado. Não bastava aos chamados “patriotas” bradar e defender os símbolos nacionais com ardor militar. A questão não era essa, a defesa do país deveria ser feita com base nas ameaças reais que ele sofria, a saber, o domínio do capital estrangeiro sobre a sua economia.

A defesa do país deveria ser empreendida por todo o povo, mas partiria, logicamente, do Estado. Ele deveria coordenar as ações no sentido de preservar a Pátria e as riquezas nacionais da exploração dos grupos internacionais, responsáveis pelo empobrecimento do país.

O domínio do capital estrangeiro sobre o Brasil produzia efeitos deletérios também nas próprias classes abastadas brasileiras, já que a riqueza, no Brasil, não permanecia nas mesmas mãos por duas gerações: à primeira, sucedia uma geração ociosa, criada nos grandes centros dissolventes, geração de simples herdeiros deslumbrados que punham tudo a perder, transferindo suas riquezas para as mãos de comerciantes e banqueiros, muitas vezes prepostos de empresas estrangeiras.

O Brasil tinha dois caminhos a serem seguidos: ou realizava a consolidação da sua independência social, política e econômica ou se tornava de vez uma “colônia tropical”, controlada pelas companhias e sindicatos estrangeiros. Sendo partidário da primeira opção, Alberto Torres busca mostrar quais os caminhos que levariam à independência. Para tanto, seria de fundamental importância a ação efetiva do Estado, que deveria colocar-se acima dos interesses individuais e de grupos para defender o

[8] Dentre os vários sindicatos atuantes destaca-se o “Syndicato Farquhar”, conjunto de empresas controladas por Percival Farquhar e seu grupo. É importante notar que Alberto Torres inclui no “Syndicato Farquhar” empresas que não eram controladas pelo grupo. A própria denominação “sindicato” era criação dos nacionalistas e, segundo eles, o grupo agia nos mais variados setores: eletricidade, ferrovias, portos, terras (projetos de colonização.

futuro da Nação como um todo. Seria necessário que o Estado defendesse o indivíduo dos exageros do próprio individualismo, responsável pelo avanço dos interesses egoístas no âmbito estatal.

Muito contribuía para esta situação a organização federal brasileira, instituída pela constituição de 1891, que diluiu o poder central, dotando as várias unidades da federação de amplos poderes: eram os estados da União que contratavam diretamente empréstimos estrangeiros, davam concessões de terras e serviços, fomentavam empreendimentos agropecuários através da isenção de impostos e taxas etc. Com isso, endividavam-se cada vez mais, com a União funcionando como fiadora, e atrelavam o país ao domínio do capital estrangeiro.

E, afinal, o que trazia o capital estrangeiro ao país? Basicamente luxo, ostentação, banalidades que não serviam para nada, a não ser para desviar ainda mais a nação de seus rumos "naturais". A pretensa civilização trazia as luzes das cidades, a vida urbana desvinculada da terra, a cultura de sotaque inglês ou francês e o crescimento da atividade industrial e comercial, responsável pela introdução da "questão social" no país, já que Alberto Torres vinculava o surgimento do antagonismo entre as classes ao surgimento do operariado moderno. Numa civilização agrária já não haveria tal perturbação do corpo social, um dos maiores problemas do mundo moderno. As cidades eram as verdadeiras portas do país, por onde entravam todas estas influências nefastas e corruptoras da Nação: tanto o capital, quanto os imigrantes e as idéias alienígenas.

Mesmo lutando contra a "artificialidade" das idéias estrangeiras, Alberto Torres não se transformara num xenófobo avesso a qualquer influência externa. Apenas não aceitava as idéias como dogmas irreversíveis. Acreditava que as idéias deveriam ser estudadas e adaptadas à realidade brasileira e, mais ainda, que na solução dos problemas brasileiros, nada substituiria o conhecimento dos problemas reais do país.

O ataque de Alberto Torres ao imperialismo se restringia, no início, apenas à Europa, notadamente à Inglaterra e à França. A postura frente aos Estados Unidos era de amizade e cooperação. Era reconhecido o papel deste país numa espécie de "comando informal" do continente, devido à sua pujança econômica e social. A Doutrina Monroe era encarada como positiva, como uma defesa consciente do continente frente às pretensões européias. Ao mesmo tempo, negava qualquer possibilidade de se construir

uma pretensa unidade da América como um todo, principalmente por conta das diferenças imensas entre os países e pela própria posição norte-americana, muito mais forte que a dos outros, o que geraria um desequilíbrio muito grande na relação do continente. A defesa da Doutrina Monroe era também a tônica da ação do Barão do Rio Branco, chefe da diplomacia brasileira no início do século, que foi auxiliado por Torres em inúmeras vezes. Assim como Rio Branco, Alberto Torres acreditava no caráter defensivo da Doutrina Monroe e via com bons olhos a aproximação do Brasil com os Estados Unidos como forma de barrar as pretensões argentinas de hegemonia na América do Sul[9].

A mudança de postura em relação à Doutrina Monroe vem como uma grande decepção para Alberto Torres. Ainda acreditando em Woodrow Wilson, vê a transmutação da Doutrina em instrumento do novo imperialismo ianque como sendo obra de Teodore Roosevelt. A decepção em relação à postura norte-americana aumenta quando alcança Wilson, tido como modelo de estadista por Torres, devido às suas críticas ao avanço desmedido do capital sobre os países da América Latina e à sua postura pacifista. A defesa de Wilson à entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial vai selar, de uma vez por todas, a decepção de Torres com o Presidente norte-americano e com o papel dos Estados Unidos frente ao continente americano.

### 2.3. A defesa do agrarismo

O segundo aspecto do nacionalismo de Alberto Torres que pretendemos analisar neste texto é a defesa do chamado agrarismo. "O Brasil tem por destino evidente ser um país agrícola: toda a ação que tender a desviá-lo desse destino é um crime contra a sua natureza e contra os interesses humanos." (TORRES, 1978b, p. 101). Este veredicto de Alberto Torres encontra-se em meio ao ensaio *A soberania real*, que compõe o livro *O Problema Nacional Brasileiro*.

Como já vimos anteriormente, a idéia de Pátria em Alberto Torres está intimamente ligada à idéia da terra. Esta é a base da nacionalidade e deveria ser a base da economia. Só seria encarado como produção aquilo que viesse do trabalho na terra. Seria o vínculo dos homens em torno da terra que reforçaria a união nacional, o

[9] Melhor seria dizer "pretensa hegemonia", idéia fixa da diplomacia brasileira no período. Nem mesmo Alberto Torres, com toda a pregação pacifista, escapou de manifestá-la.

sentimento de pertencer à Pátria por parte dos brasileiros: "é a terra que consolida o espírito da nação. A pátria é a terra; a terra, por sua vez, é o território da nação no sentido de solo, de meios de produção e de fonte de prosperidade." (OLIVEIRA, 1990, p. 123).

O incremento das atividades industriais e mercantis traria consigo a desarticulação da sociedade, a instabilidade social. A própria atividade industrial seria responsável pela introdução da chamada "questão social", com a criação de uma massa de proletários potencialmente perigosa nos grandes centros. O comércio, por sua vez, seria responsável pela introdução do luxo e da futilidade na sociedade, o que era mais grave no caso do Brasil, uma nação nova onde a solidariedade do povo ainda não havia sido completada.

As áreas urbanas seriam identificadas como "antros", locais de desagregação, por excelência, contrários ao campo, este sim, um local privilegiado para a criação de uma teia de solidariedade social entre o povo. Os exemplos históricos eram muitos e, mesmo no início do século, Torres mostrava como a pretensa civilização estava deteriorando o povo europeu, principalmente aqueles que viviam nos grandes centros, debilitados física e moralmente.

Ao mesmo tempo, ter a agricultura como norte organizador da economia brasileira não implicava em valorizar o modelo de agricultura que o país possuía: a grande propriedade voltada à monocultura de exportação não era o ideal, a despeito de ser considerada fundamental para a saúde financeira do país. Torres sabia que, ainda no início do século, esta era a grande fonte de divisas para o país, mas também acreditava na falência do modelo, o que via particularmente de maneira muito clara no Rio de Janeiro. A defesa da grande lavoura só pode ser entendida como temporária, transitória: se era necessário preservá-la, era ainda mais necessário "reformá-la". Os grandes produtores deveriam ser estimulados a parcelar suas terras, a produzir vários gêneros e não apenas um, voltado à exportação. A grande propriedade produtiva, por outro lado, onde a monocultura de exportação fosse bem trabalhada, deveria permanecer e ser estimulada pelo governo, inclusive com um sistema de isenção de impostos e facilitação do pagamento destes[10]. O fato é que, independente do estímulo e da ajuda

[10] Quando presidente do Estado do Rio de Janeiro, Torres tentou mudar a estrutura fundiária do estado por meio da instituição do ITR: este imposto seria responsável pela facilitação do parcelamento da grande propriedade, notadamente a improdutiva. Ao mesmo tempo, a redução do imposto sobre exportação de café viria ajudar os grandes fazendeiros em crise.

que deveria ser dada ao grande proprietário, esta não era a idéia central de Torres. Para ele, era necessário estimular o parcelamento de propriedades e a diversificação agrícola. É nessa idéia que reside o cerne do agrarismo de Alberto Torres. Apenas com o estímulo à pequena propriedade que o Brasil entraria no caminho correto do desenvolvimento e da formação da nação.

Quando esteve à frente do executivo estadual no Rio de Janeiro, Torres empreendeu, ao lado da reforma tributária, uma tentativa (malograda) de colonização em Barra do Piraí, com a cessão de lotes a trabalhadores interessados em produzir no regime de pequena propriedade. Poucos foram os que ingressaram no programa para adquirir terras, e menor número ainda foi feliz na empreitada. Também a reforma tributária não surtiu o efeito desejado e, mesmo entre os defensores da "causa da agricultura", as idéias de Torres não foram bem acolhidas, já que a maioria entendia defesa da agricultura como defesa do latifúndio agro-exportador.

O latifúndio, embora fosse a grande fonte de divisas da economia brasileira, era considerado por Alberto Torres o grande responsável pelo esgotamento do solo brasileiro e um entrave à construção de uma solidariedade nacional, já que inibia o relacionamento entre o povo, dispersando-o, ao invés de congregá-lo. Mais do que isso, a estrutura agrária brasileira, com seus latifúndios decadentes, expulsava o trabalhador do campo, engrossando as fileiras de trabalhadores e vagabundos das cidades. O êxodo rural estimulava o incremento da indústria no país e o crescimento das cidades, contribuindo ainda mais para a desagregação social e para o empobrecimento da nação. Além de possuir uma lógica excludente, a economia brasileira, voltada para a produção nos latifúndios, estimulava também as trocas internacionais no pior de seus sentidos. O dinheiro vindo com a exportação de produtos brasileiros servia basicamente para sustentar o luxo e a ostentação de uma elite deslumbrada e decadente, que era incapaz de manter seu patrimônio pelo menos no espaço de duas gerações.

Os latifúndios trouxeram também as ferrovias e, com elas, pretensamente, o progresso. No entanto, estas apenas reforçavam o esquema de dependência do país em relação ao exterior. Ligavam os latifúndios às cidades e portos, por onde nossa riqueza era escoada e o lixo cosmopolita entrava. A viação e o comércio, sem a devida educação da população também de nada adiantavam para o desenvolvimento do país, pelo contrário, funcionavam como mais um ingrediente da desagregação social. O comércio

criado pela riqueza do latifúndio era o comércio enganoso, dos artigos supérfluos, que gerava ambição e ganância nos indivíduos, afastando-os do trabalho verdadeiro (no campo) e ludibriando-os com o falso brilho dos produtos estrangeiros.

A indústria nacional, por outro lado, também contribuía para a desagregação nacional ao manter o trabalhador na cidade, impedindo sua volta ao campo. A crítica aqui se volta não à indústria como um todo, mas sim à indústria que não opera com produtos nacionais, a indústria que não é considerada "natural".[11] É a indústria que só existe por conta do protecionismo governamental que Torres critica: ela sobrevive graças ao esforço de todo o país, que "paga a conta" de uma produção nacional artificial e prejudicial ao povo brasileiro. "O protecionismo forja uma prosperidade mentirosa, que acaba no empobrecimento geral", afirma. (TORRES *apud* GENTIL, 1938, p. 188). Toda a nação é chamada a contribuir para a causa do "desenvolvimento nacional", só que este desenvolvimento é enganoso e artificial, fadado ao fracasso.

A indústria contribuía também para o "inchaço" das cidades e, conseqüentemente, para o agravamento da chamada "questão social", praticamente desconhecida dos brasileiros, introduzida aqui graças ao protecionismo. A "questão social" não existiria numa sociedade organizada em torno da atividade agrária. Para Alberto Torres, esta atividade estimularia a cooperação entre os setores da sociedade e os indivíduos e levaria à solidariedade social. A atividade industrial, por outro lado, ao concentrar massas famélicas nas cidades, agravava a sensação de exploração desse grupo por parte dos donos do capital e gerava "certas atitudes extremas do proletariado, como a pretensão de dominar a sociedade, a guerra à burguesia e às classes letradas." (TORRES, 1978a, p. 228). Obra do protecionismo exagerado, as massas urbanas se avolumaram no país e se tornava difícil uma "volta à terra", como a que acreditava ser necessária para o desenvolvimento da própria nacionalidade brasileira.

Havia ainda um outro fator de desagregação da sociedade vinculado ao processo de urbanização do país. Ao lado do protecionismo industrial e do comércio predatório, aliado do latifúndio monocultor, a própria postura da elite brasileira, com suas afetações

[11] Segundo Nícia V. Luz (1975), o conceito de indústria natural surgiu no Império, para designar aquelas atividades manufatureiras cujas matérias-primas eram produzidas no Brasil. Muitos defensores da industrialização no período eram adeptos do protecionismo apenas para essas atividades. No início da República, Joaquim Murtinho foi um grande divulgador dos conceitos de "indústria natural" e "indústria artificial" ao defender a primeira e condenar a segunda, bradando contra o protecionismo e pregando o "desenvolvimento natural" da indústria no país. (pp. 84-85)

afrancesadas e seu cosmopolitismo de butique levavam a uma postura de negação do país, de "dar as costas" ao interior e à realidade brasileira em nome da civilização e do progresso europeus.

A crítica de Torres à "civilização de empréstimo" traduz-se como crítica à imitação, uma constante em seu pensamento. Assim como no aspecto formal de nossa constituição, na condenação do povo brasileiro como inapto e inferior, também no elogio ao cosmopolitismo, ao progresso e à indústria, estávamos meramente reproduzindo um modelo estrangeiro. A importação de capitais e de braços para o país seguiam essa lógica, a mesma lógica de uma elite cujos membros orgulhavam-se de conversar em francês e não na língua bárbara da patuléia.[12]

As críticas de Torres não podem ser vistas como uma recusa frontal às influências estrangeiras. O que ele parece se negar a aceitar é a inserção do Brasil na economia mundial de maneira periférica e dependente. É com esta dependência, que vem desde os tempos coloniais, que ele deseja romper. Para tanto, seria necessário encontrar um projeto nacional que pudesse criar não só um povo, mas uma economia e uma organização política que alçassem o Brasil à posição de independência que uma nação livre deveria ter. Em termos econômicos, apenas uma organização que enfatizasse a agricultura voltada para o consumo interno poderia garantir essa soberania.

O agrarismo viria aqui como uma conseqüência lógica da postura nacionalista do autor. A defesa da agricultura confundia-se com a própria defesa do país. O destino do país era esse:

> *Nosso país tem de ser, em primeiro lugar, um país agrícola. Fora-lhe ridículo contestar-lhe este destino, diante de seu vasto território. Deve manter, depois, o cultivo dos produtos necessários à vida dos que empregam matéria-prima nacional. É isso que nos impõe a área do nosso território, a falta de hulha, industrialmente explorável, e o isolamento geográfico de quase todo o país. O equívoco dos que pensam de outra forma só pode resultar do prejuízo de que a produção deve constar dos gêneros comuns na Europa, e da idéia, arraigada no espírito de muitos, da necessidade das grandes propriedades, de extensa exploração intensiva. O Brasil, exatamente porque é um país tropical e equatorial, pobre em muitas regiões, e onde a terra e o clima carecem, quase geralmente, de elementos necessários às culturas européias, deve ser um*

[12] Um bom retrato da elite brasileira, em especial a carioca, na chamada belle époque é o romance *A esfinge*, de Afrânio Peixoto, escrito na época. O romance apresenta um retrato fútil da elite, reforçando a "imitação" e a afetação desse grupo social: "...falavam francês os nacionais, por chic e civilidade, porque havia diplomatas estrangeiros na roda..." (PEIXOTO, 1947, p. 27).

*país agrícola, não no sentido ianque, de país de vastas propriedades e fazendas-modelo, mas no de nação de pequenos proprietários remediados, vivendo na intimidade de produtos da nossa terra, de excelente valor nutrivo para seu clima, sendo reservada as regiões temperadas para algumas culturas européias e confiado o suprimento de outros produtos, absolutamente inaclimáveis, assim como o dos produtos industriais que não têm aqui matéria-prima, às trocas com o estrangeiro.* (Torres, 1978a , p. 207).

Agrário sim, mas com um modelo diferenciado em relação àquele europeu e norte-americano. Este era o destino do Brasil, inserido em uma divisão internacional do trabalho.

**Referências bibliográficas:**


CARDOSO, Vicente Licínio. (1981). *À Margem da História da República.* (2 volumes). Brasília: Ed. da UNB. (1ª. edição: 1924).

GENTIL, Alcides. (1938). *As Idéias de Alberto Torres.* 2ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional.

LAMOUNIER, Bolívar. (1985). "A Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República: uma interpretação." *In:* FAUSTO, Boris. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - Tomo III: O Brasil Republicano - Volume 2: Sociedade e Instituições.* 5ª ed. São Paulo: Difel.

LIMA, A. Sabóia. (1935). *Alberto Torres e Sua Obra.* São Paulo: Cia Editora Nacional.

LUZ, Nícia Vilela. (1975). *A Luta pela Industrialização no Brasil.* 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega.

OLIVEIRA, Lúcia L. de. (1990). *A Questão Nacional na Primeira República.* São Paulo: Ed. Brasiliense.

PEIXOTO, Afrânio. (1947). *A Esfinge.* Rio de Janeiro; São Paulo e Porto Alegre: W.M. Jackson Inc. Editores. (1ª edição: 1911).

TORRES, Alberto. (1978a). *Organização Nacional.* São Paulo: Cia. Editora Nacional. (1ª edição: 1914).

TORRES, Alberto. (1978b). *O Problema Nacional Brasileiro.* São Paulo: Cia. Editora Nacional. (1ª edição: 1914).

TORRES, Alberto. (1913). *Le problème mondial***.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

TORRES, Alberto. (1909). *Vers la Paix.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.